Artigo

Notas sobre a história dos trabalhos das mulheres na sociedade ocidental: das diferenças as desigualdades laborais de gênero.

*Notes on the History of Women's Work in Western Society:
from differences to gender labor inequalities.*

Notas Sobre la Historia del Trabajo de las Mujeres en la Sociedad Occidental: de las diferencias a las desigualdades laborales de género.

Notes Sur l'Histoire du Travail des Femmes dans la Société Occidentale: des différences aux inégalités de travail entre les sexes.

Carla Cristina Garcia¹

¹ Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado e doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo SP, Brasil. Atualmente é líder do Núcleo Inanna de Pesquisa e Investigação de Teorias de Gênero, Sexualidades e Diferenças e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo SP, Brasil, e professor titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP, Brasil.

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir a luz da historiografia feminista o lugar que os trabalhos das mulheres ocuparam no desenvolvimento da cultura ocidental que ultrapassam em muito o papel que o modo de produção capitalista lhe outorgou. Especificamente, o que se pretende demonstrar por meio da revisão bibliográfica é que as relações de produção capitalistas que favorecem o patriarcado, além de imporem o modelo nuclear de família, também propiciam narrativas próprias da história e, neste modelo, não há espaço para a explicação da contribuição das mulheres na formação material e simbólica da cultura. Apagado da memória, o trabalho feminino é tratado como exceção à regra e nunca como uma constante. Não à toa, invariavelmente nos deparamos com textos indicando a entrada da mulher no mundo do trabalho como algo recente, quando, na verdade, desde que se tem notícia o trabalho feminino era determinante para a manutenção e desenvolvimento dos núcleos familiares e de suas respectivas comunidades. Neste sentido, para que se possa compreender a especificidade do trabalho das mulheres na sociedade capitalista é preciso fazer uma análise da totalidade dessa dupla estrutura que se utiliza de explicações ditas naturais para relegar as mulheres a condições precárias de existência e trabalho no processo de constituição do modo de produção capitalista.

Palavras-Chave: Mulheres; Relações de Gênero; Trabalhos; Desigualdade Laboral; Capitalismo.

Abstract

: This article aims to reflect the light of feminist historiography on the place that the works of women occupied in the development of Western culture that far surpass the role that the capitalist mode of production has given it. Specifically, what is intended to be demonstrated by means of bibliographic review is that the capitalist production relations that favor patriarchy, in addition to imposing the nuclear family model, also provide narratives proper to history and, in this model, there is no room for explanation of women contribution to the material and symbolic formation of culture. Erased from memory, women work is treated as an exception to the rule and never as a constant. Not for nothing, we invariably come across texts indicating the entry of women into the world of work as something recent, when, in fact, since the news has been made, female work was decisive for the maintenance and development of family nuclei and their respective communities. In this sense, in order to understand the specificity of women work in capitalist society, it is necessary to make an analysis of the totality of this double structure that uses so-called natural explanations to relegate women to precarious conditions of existence and work in the process of constituting the capitalist mode of production.

Keywords: Women; Gender Relations; Work; Labor Inequality; Capitalism.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar la luz de la historiografía feminista sobre el lugar que ocuparon los trabajos de las mujeres en el desarrollo de la cultura occidental que superan con creces el papel que le ha otorgado el modo de producción capitalista. En concreto, lo que se pretende demostrar mediante la revisión bibliográfica es que las relaciones de producción capitalista que favorecen al patriarcado, además de imponer el modelo de familia nuclear, también brindan narrativas propias de la historia y, en este modelo, no hay lugar para explicaciones de la contribución de las mujeres a la formación material y simbólica de la cultura. Borrado de la memoria, el trabajo de las mujeres es tratado como una excepción a la regla y nunca como una constante. No en vano, invariablemente nos topamos con textos que señalan el ingreso de la mujer al mundo laboral como algo reciente, cuando, de hecho, desde que tenemos noticia, el trabajo femenino fue determinante para el mantenimiento y desarrollo de los núcleos familiares y sus respectivas comunidades. En este sentido, para comprender la especificidad del trabajo de las mujeres en la sociedad capitalista, es necesario hacer un análisis de la totalidad de esta doble estructura que utiliza las llamadas explicaciones naturales para relegar a las mujeres a precarias condiciones de existencia y trabajo en el proceso de constitución del modo de producción capitalista.

Palabras Clave: Mujeres; Relaciones de Género; Trabalho; Desigualdad Laboral; Capitalismo.

Resumé

Cet article vise à refléter la lumière de l'historiographie féministe sur la place qu'occupaient les œuvres des femmes dans le développement de la culture occidentale qui dépassent de loin le rôle que le mode de production capitaliste lui a donné. Plus précisément, ce que l'on entend démontrer au moyen de la revue bibliographique, c'est que les rapports de production capitalistes qui favorisent le patriarcat, en plus d'imposer le modèle de la famille nucléaire, fournissent également des récits propres à l'histoire et, dans ce modèle, il n'y a pas de place pour l'explication de la contribution des femmes à la formation matérielle et symbolique de la culture. Effacé de la mémoire, le travail des femmes est traité comme une exception à la règle et jamais comme une constante. Pas pour rien, on tombe invariablement sur des textes indiquant l'entrée des femmes dans le monde du travail comme quelque chose de récent, alors qu'en fait, depuis que la nouvelle est faite, le travail féminin a été décisif pour le maintien et le développement des noyaux familiaux et de leurs communautés. En ce sens, pour comprendre la spécificité du travail des femmes dans la société capitaliste, il est nécessaire de faire une analyse de la totalité de cette double structure qui utilise des explications dites naturelles pour reléguer les femmes à des conditions d'existence précaires et de travail en train de constituer le mode de production capitaliste.

Mots-Clés: Femmes; Relations de Genre; Travaux; Inégalité du Travail; Capitalism.

Introdução

As questões relacionadas ao mundo do trabalho feminino na sociedade ocidental são parte importante de uma corrente da história que tem sido caracterizada pela abordagem que faz sobre os processos de trabalho na cultura para conferir-lhes identidade sexual.

Em seus primeiros anos, esta linha de pesquisa - surgida nos anos sessenta em estreita relação com o feminismo de terceira onda - dava a máxima atenção ao estudo sobre as origens e as causas da posição subordinada das mulheres no mundo do trabalho e os motivos pelos quais essa situação parecia se perpetuar ao longo da história do ocidente e destacou tanto as formas da opressão quanto da resistência das mulheres.

Após um período de contribuições importantes, as historiadoras feministas iniciaram uma fase de renovação metodológica e conceitual ligada, por um lado, ao desenvolvimento de novas abordagens e epistemologias feministas e, por outro, ao desenvolvimento da história social. Desse modo, na década de 1970, a história das mulheres no ocidente consolidou-se como um ramo autônomo de pesquisa graças aos conceitos e metodologias formuladas por autoras como Gerda Lerner, Natalie Zemon Davies, Renata Bridenthal e Carol Smith-Rosenberg, entre outras (Nash, 1982)

Antes dessa virada epistemológica, grande parte dos historiadores e historiadoras parecia ignorar que as sociedades estudadas estavam compostas por uma categoria de fundo que atravessa todas as demais (como as étnicas, as de classes, as religiosas por exemplo) que é o conceito de gênero. Pode-se dizer que esta exclusão estava determinada por uma concepção positivista do processo histórico segundo a qual as mulheres não contribuíram de forma significativa na construção da cultura e da sociedade.

O estabelecimento de alguns princípios, como o caráter político do espaço privado ou o sexo como categoria social, levou as historiadoras feministas a discutirem e refletirem sobre a relevância de se considerar uma cultura do trabalho especificamente feminina que reconheça os significados simbólicos em que a subordinação das mulheres tem sido baseada em consonância com a experiência histórica das mulheres (Perrot, 1984; Adinolfi, 1980; Irigaray, 1992; Folguera, 1982). Estas historiadoras questionaram alguns pressupostos básicos da historiografia tradicional e deram um passo importante e fundamental para o desenvolvimento da teoria feminista contemporânea, e que caracteriza os Estudos da Mulher: a redefinição e a crítica ao pensamento universal a partir da perspectiva de gênero.

As historiadoras não pretendiam construir apenas uma história feminina do trabalho pois esta diz respeito tanto as mulheres quanto aos homens. Por esta razão, passaram a usar o conceito de gênero para se referir à organização social das relações entre os sexos, conscientes da necessidade de introduzir novas categorias analíticas e promover mudanças metodológicas que transformaram os paradigmas históricos tradicionais: "Gênero refere-se à construção cultural derivada do sexo: uma categoria cultural imposta a um corpo sexuado" (Scott, 1990:28).

Desse modo, a história das mulheres e do gênero é história social, desde que não seja entendida de forma restrita como uma história da sociedade determinada pela estrutura de classe, mas não pode ser equiparada ou sujeita a mesma. Porque, embora a história das mulheres também lide com as classes sociais, entende que estas não funcionam da mesma forma para os homens e mulheres e, portanto, sua experiência de classe é diferente. Ao mesmo tempo, a

nova história das mulheres requer uma análise da relação não só entre a experiência masculina e feminina no passado, mas também a conexão entre a história passada e a prática histórica atual (Scott, 1990:27).

Desse modo, as reflexões aqui apresentadas partem da condições de vida e de trabalho das mulheres na sociedade ocidental em alguns momentos da história, levando em conta tanto as atividades realizadas no âmbito doméstico como a sua incorporação ao trabalho assalariado na sociedade contemporânea. Pode-se dizer que este último foi um dos fatores que permitiu e estabeleceu as bases para que o movimento organizado de mulheres - o feminismo - passasse a reivindicar os direitos civis das mulheres, até então um privilégio masculino. É preciso ressaltar que este movimento é responsável por profundas mudanças no seio da sociedade ocidental em todos os âmbitos quer seja na ordem política, social, cultural e econômica e que continua gerando novas configurações ao conceito de gênero.

Evidentemente, a vida das mulheres, bem como seus trabalhos são, sem dúvida, muito variados, ligados a processos históricos e sociopolíticos diferentes, mas o fato de que sejam os aspectos comuns da condição feminina no mundo do trabalho na atualidade o que nos une, é também o que nos move a traçar o passado e focar mais naquilo que é compartilhado entre as mulheres do que nas suas divergências, fruto de nosso pertencimento a uma nação ou a uma cultura.

1. Os Trabalhos das Mulheres no Âmbito Doméstico

Historicamente as atividades produtivas das mulheres no ocidente têm sido fundamentais para a manutenção e desenvolvimento dos núcleos familiares e de suas respectivas comunidades. Uma parte importante dessas atividades tem se concentrado no ambiente doméstico onde objetos e mantimentos são produzidos e onde a força de trabalho é reproduzida. Preparação de alimentos, fabricação de roupas e instrumentos de trabalho, transporte de água, coleta de lenha, cuidado com os animais, venda de produtos do campo ou por elas fabricados, a criação dos filhos, a preparação e administração de remédios, a limpeza do entorno, etc. são tarefas produtivas sem as quais nenhum grupo humano pode reproduzir ou prosperar.

A gestão e a direção estavam geralmente nas mãos de homens, por meio do vínculo conjugal, parental ou de dependência, reforçadas pela posição pública e política dos homens. Neste sentido, é importante ressaltar que a maioria das mulheres foi explorada, ao mesmo tempo em seu trabalho e em sua capacidade de reprodução e o produto de seu trabalho e corpo era controlado pelo marido, pai, guardião ou patrono. Além disso, suas tarefas na esfera doméstica não têm sido consideradas como um trabalho que requer habilidades específicas e treinamento, mas são vistas como uma parte fundamental dos atributos considerados como naturais ao sexo feminino.

Já nas sociedades antigas, essa avaliação do trabalho das mulheres é claramente exposta. Os primeiros tratados gregos sobre economia definem claramente as tarefas femininas como algo

inerente a sua natureza. Estas ideias serão posteriormente agregadas ao pensamento romano. Assim Columela, no século I afirma:

A natureza tem reservado o trabalho das mulheres para cuidados domésticos, e o do marido para exercícios forenses e para o ar livre... Quase todo o trabalho doméstico era peculiar às mulheres, como se os pais de família, ao retornarem para descansar dos negócios judiciais, descartassem todo o trabalho caseiro. A esposa fazia grandes esforços para aumentar e melhorar os bens de seu marido. Ambos colaboravam para beneficiar o bem comum, de modo que a precisão da mulher nas coisas da casa era igual à indústria do marido no negócio forense. (Columela, 2014: 12).

A execução destas tarefas era considerada fundamental para o bom funcionamento da família e para o conjunto da comunidade. Para Aristóteles:

A licença das mulheres também vai contra o propósito do regime e a felicidade da cidade, pois assim como a casa é composta por homem e mulher, é claro que a cidade deve ser considerada dividida em duas partes aproximadamente iguais: homens e mulheres; assim, em todos os regimes onde o status das mulheres é ruim, você terá que considerar que metade da cidade vive sem lei (Aristóteles, 1985:69-70).

Pode-se dizer que o trabalho doméstico das mulheres ao longo do tempo tem sido regido por uma dupla perspectiva. Por um lado, o de trabalho exaustivo e não reconhecido; por outro lado, o discurso sobre a naturalidade deste trabalho, ou seja, como sendo parte da natureza das mulheres. Desse modo, o único prestígio que as mulheres poderiam alcançar estava intimamente ligado à sua correta execução.

Pode-se encontrar testemunhos dessa dupla perspectiva em muitos momentos da história do ocidente. O espanhol Fray Luis de León (século XVI) diz em seu livro *La Perfecta Casada* que "sua caminhada deve ser em casa, e que deve estar sempre presente em todos os seus cantos... seus pés deverão estar em todos os cantos da casa e não para andar pela rua ou pelos campos.". Podemos encontrar posições também na Reforma Protestante. Para Lutero "uma mulher piedosa e temente a Deus é um benefício raro... Ela faz o marido feliz. Ela trabalha de linho e seda, ela gosta de usar as mãos, ela ganha a vida em casa. Ela se levanta de manhã cedo. A noite não apaga suas faculdades. Limpeza e trabalho são suas joias." Calvino diz de forma mais clara e mais atual "o homem no escritório e a mulher na cozinha". (Anderson & Zinser, 1991: 271-289).

Entretanto, as mulheres contam uma história diferente. Uma mulher de Hampshire, em 1739, descreve sua vida doméstica depois de passar o dia trabalhando como lavadeira:

Nossas tarefas domésticas se sucedem incessantemente; para a sua chegada em casa nos dispomos a terminar o nosso trabalho: arrumamos a casa, cozinhamos na panela toucinho e pães, fazemos as camas e alimentamos os porcos; então esperamos na porta para vê-lo chegar e colocamos a mesa para seu jantar. Na manhã seguinte, de manhã cedo nós cuidamos de você, vestimos as crianças, lhes damos de comer, consertamos suas roupas. (Anderson & Zinser, 1991: 278).

Uma fazenda sem uma mulher é impensável. Nos primeiros textos escritos sobre a agricultura, no século VII AC, já se dizia que para um homem ser agricultor ele deveria ter pelo menos um boi e uma mulher. As camponesas constituem a maior parte da população feminina desde a antiguidade até século XIX, e em algumas áreas da Europa até ao século XX. São filhas e mulheres de camponeses, servas, diaristas ou escravas (nas sociedades onde a escravidão existia).

Da perspectiva atual é inegável o valor econômico e social do trabalho doméstico feminino. Entretanto, sua consideração como natural e complementar ao outro trabalho - o realizado pelos homens - fez com que este ficasse escondido e impediu sua correta avaliação o que acabou subestimando tais tarefas em suas respectivas sociedades e períodos históricos.

As tarefas femininas são árduas e abrangem todos os tipos de tarefas: semeiam, cortam; coletam; preparam e mantêm as ferramentas do trabalho; cuidam do gado; ordenham cabras; tosam as ovelhas; participam da produção do vinho, da cerveja e do óleo; preparam a gordura que é usada em algumas sociedades como luz e alimento no lugar do azeite. Vale a pena mencionar também as tarefas relacionadas com a preparação e preservação dos produtos: guardar e cuidar dos grãos, moê-los; fazer as conservas dos produtos de primavera e verão etc. Uma criada da Inglaterra rural do século XIV reclama de sua situação com estas palavras:

Tenho que aprender a fiar, varrer, cardar, tecer, limpar os coelhos e, à mão, fazer bebidas, assar, fazer malte, colher, empilhar gravetos, tirar as ervas daninhas, ordenhar, alimentar os porcos e limpar o chiqueiro. (Hanawalt, 1986: 162).

É precisamente essa perspectiva produtiva que é levada em conta ao listar as qualidades que devem adornar as mulheres que estejam à frente de uma fazenda. Ele deve ser jovem, embora não muito jovem, e, acima de tudo, ter boa saúde para resistir a vigílias e outros trabalhos, pois, em um casamento as mulheres são muito mais valorizadas por sua capacidade de participar do trabalho do que por fatores relacionados à vida pessoal e afetiva. Ela não deve ser feia nem bonita, para que ela não distraia o marido do trabalho produtivo; também não deve ser gulosa, nem sonolenta, nem supersticiosa ou gostar de homens.

A importância econômica das mulheres nas áreas rurais levou a que desde a antiguidade, parte dos livros sobre agriculturas descrevesse detalhadamente os deveres das mulheres à frente da casa, tanto os permanentes quanto os que correspondem, em particular, ao ciclo das estações do ano em si (Martinez Lopez, 1994: 12-23).

Como se vê, o trabalho das mulheres não é apenas significativo para a economia doméstica, mas o desenvolvimento da cultura ocidental em todos os sentidos seria impensável sem ele. Entretanto, como veremos, esta divisão sexual do trabalho que entendia as tarefas desempenhadas pelas mulheres como sendo um atributo natural do sexo, foi fundamentalmente reproduzida no modelo econômico das sociedades capitalistas contemporâneas.

Será apenas no século XX, graças às reflexões do pensamento feminista, que outros critérios serão introduzidos para o entendimento do trabalho das mulheres e sua produção: a consideração das atividades tradicionalmente ligadas à reprodução do trabalho como produtiva; inclusão de atividades não remuneradas no conceito de trabalho; a revisão do uso do tempo, entre outros temas, tornou visível o trabalho das mulheres (Garcia, 2018).

2. O Trabalho Assalariado Feminino

Embora a história tradicional costume descrever a vida das mulheres dentro dos muros da casa, a verdade é que elas tiveram uma presença ativa nas cidades como trabalhadoras desde a Antiguidade. Na primeira representação de uma cidade incorporada nos primeiros afrescos micênicos podemos ver mulheres como carregadoras de água.

As fontes devem ser destacadas como um dos lugares ligados ao coletivo das mulheres. A coleta de água é uma das tarefas femininas desde o início da vida urbana. Note-se a natureza coletiva da atividade em torno da água. A fonte significa para as mulheres o que a praça pública para os homens, um local de encontro para trocar opiniões e notícias. É um lugar público, mas principalmente feminino e, portanto, ligado ao trabalho. No mesmo sentido, devemos analisar as lavanderias ou as oficinas de fios e tecelagem. (Martinez Lopez, 1994: 14).

Outro espaço público relacionado ao trabalho das mulheres é o mercado, onde elas administram as barracas de legumes, aves etc. como vendedoras dos produtos do campo, que elas mesmas cultivam, cuidam e elaboram. Esta prática é uma constante que tem sido mantida desde a antiguidade ao longo da história das cidades ocidentais. Os mercados, com mulheres vendedoras, compradoras, mulheres das classes menos favorecidas e, por vezes, das classes mais altas, são um local de trabalho, mas também de reunião e informação das mulheres. (Martinez Lopez, 1994)

Mas, além destas tarefas, deve ser dada especial atenção à sua participação nas oficinas artesanais e nas atividades delas derivadas que estão diretamente ligadas ao florescimento das cidades medievais. Em países como Itália, Inglaterra, França, Holanda, as mulheres impulsionaram inúmeras atividades e até mesmo alguns ofícios eram exclusivamente femininos.

No *Livre des Métiers* de Tienne Boileau, autor do século XIII, se pode encontrar ofícios exclusivamente femininos cuja matéria-prima são a seda e o ouro, ou seja, dois dos materiais mais apreciados e buscados da época. Outro ofício exclusivamente de mulheres até os séculos XVII-XVIII foi o de parteira (Marland, 1993). Os arquivos de Paris do final do século XIII e início do século XIV citam quinze ofícios exclusivamente femininos, incluindo os de fiadoras de ouro, fiadoras de seda, fabricantes de chapéus, urdidoras, cardadoras. Além disso, concorriam com os homens na costura do linho. Neste mesmo sentido, quando se verifica os ofícios em que mulheres e homens poderiam participar igualmente, o número de mulheres aumenta significativamente.

Em Frankfurt, entre os séculos XII e XVI, as mulheres participaram de cerca de 201 ocupações, das quais monopolizaram 65, predominaram em 17 e igualaram em número aos homens em 38. (...) Em Estrasburgo, no século XV, as mulheres são listadas como ferreiras, ourives, carregadoras, comerciantes de grãos, jardineiras, costureiras e toneleiras. Mais de um terço dos tecedores da cidade em uma lista de 1434 são mulheres. Em Ghent, no século XIV, as mulheres abundam entre prestamistas, credores, hoteleiras etc. (King, 1993: 91-93).

Em muitas cidades, no entanto, a presença feminina em certos ofícios não foi bem vista, e para impedir seu acesso, as proibiram de se associarem a inúmeras guildas. Assim, na Inglaterra, as mulheres foram admitidas em guildas em raras ocasiões, geralmente quando eram a esposa ou viúva do mestre artesão. Em muitas cidades francesas, no entanto, elas não só trabalharam, mas criaram suas próprias corporações onde, como nas masculinas, havia aprendizes, trabalhadoras e professoras com seus próprios regulamentos. Curiosamente, elas indicavam que, em caso de problemas, as mulheres - mesmo se estiverem casadas, deveriam assumir toda a responsabilidade por conta própria:

Qualquer mulher que tenha um marido e tenha um ofício dentro da cidade, no qual o marido não interfira, será considerada uma mulher sozinha em relação às coisas que pertencem à sua profissão. E se uma reivindicação surge contra a mulher, ela deve responder e fazer seu apelo como uma mulher sozinha, aceitando a lei e tendo sua defesa no tribunal, pleiteando ou para a quitação. (Lincoln Regulamentos, apud Power, 1979: 73-74).

A partir do século XVI, embora com diferenças de acordo com os países, as mulheres começaram a ser retiradas de alguns dos ofícios que tradicionalmente ocupavam. Foram expulsas de diversas guildas e se tornou cada vez mais difícil encontrarem emprego nas oficinas. As condições de trabalho das mulheres irão piorar gradualmente à medida que entramos na Modernidade, mantendo apenas as tarefas mais ingratas, menos prestigiadas e com salários mais baixos. No século XVII, a protoindustrialização consolidou essa tendência de deslocamento das mulheres para os setores produtivos mais marginais.

O agravamento desta situação no século XVIII, levou a que mulheres francesas reivindicassem ao rei no Cadernos de Queixas que: “Nos deixem pelo menos a agulha e o fuso, nós nos comprometemos a jamais tocar no esquadro e compasso” (Morin, 2013: 37)

3. A Nova Ordem Econômica e os Trabalhos das Mulheres nos Séculos XX e XXI

Uma das principais consequências do processo de industrialização foi o desaparecimento da família como unidade de produção, a separação entre o trabalho reprodutivo e produtivo e o deslocamento do local de trabalho da casa para a oficina ou fábrica. O trabalho em troca de um salário, típico do novo sistema econômico, não mudou, no entanto, a participação de todos os familiares, adultos e crianças, homens e mulheres no processo produtivo, como era habitual nos séculos anteriores. (Borderias, Carrasco & Alemany, 1994).

Entretanto, a nova ordem econômica imediatamente gerou formas de segregação sexual na atividade de trabalho por meio da atribuição exclusivamente feminina às tarefas reprodutivas e pela alocação por gênero para atividades produtivas: a masculina com melhores salários e melhores postos e as femininas com piores remunerações.

A identificação do trabalho das mulheres com determinados empregos e mão de obra barata é institucionalizada e formalizada ao longo do século XIX, graças aos discursos gerados por

reformadores sociais, médicos e legisladores. Por meio deles se naturalizam as relações entre os sexos, sancionando a ordem social, à qual dão forma e significado. (Scott, 1993) Uma ordem que só se quebra, conjunturalmente, em situações de penúria do mão de obra masculina, como acontece em tempos de guerras.

Em meados do século XIX, os argumentos do inglês Adam Smith e do francês Jean Baptiste Say coincidem ao tratarem do lugar das mulheres no mundo do trabalho remunerado quando afirmam que os salários dos homens devem ser suficientes para sustentar suas famílias, o que não só deu mais valor ao seu trabalho, mas também deu ao homem o status de criador de valor na família e responsável, em última instância pela reprodução. As mulheres são reduzidas à categoria de esposas dependentes de seus maridos que trabalham; são consideradas menos produtivas e mão de obra barata. (Scott, 1993; Tilly & Scott, 1987)

Um discurso apoiado por médicos, educadores e legisladores que compõem um ideal de mulher dona de casa, mãe e educadora de seus filhos, o que é extremamente útil em um momento de expansão industrial, quando as taxas de natalidade e mortalidade infantil diminuíram os salários dos trabalhadores aumentaram e o modelo de economia familiar de consumo foi imposto.

Ao longo do processo de industrialização, o trabalho remunerado nas fábricas das mulheres não experimentou crescimento paralelo ao dos homens, mas responde a ritmos que se repetem apesar das diferenças nacionais: maior nos primeiros anos, na fase de transição da economia doméstica para industrial; diminui em tempos de expansão industrial e aumenta novamente à medida que o setor terciário se desenvolve.

No Brasil, como mostra Rago (1997) muitas mulheres trabalhavam nas indústrias de fiação e tecelagem, que possuíam escassa mecanização. No final do século XIX, na indústria têxtil paulista

Encontravam-se 569 mulheres, o que equivalia a 67%da mão de obra feminina empregada nesses estabelecimentos fabris. Nas confecções, havia aproximadamente 137 mulheres. Já em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo constata que as mulheres representavam cerca de 49.95% do operariado têxtil, enquanto as crianças correspondiam por 22.79%. Em outras palavras, 72.74% dos trabalhadores têxteis eram mulheres e crianças (Rago,1997: 581).

Entretanto, é preciso atentar para o desenvolvimento da indústria têxtil que concentrou a mão-de-obra feminina, beneficiando-se assim em sua expansão dos baixos salários pagos às mulheres, ainda que a sociedade dependesse profundamente da fiação e da tecelagem.

Treusch-Dieter (citado por Zipes, 1992) lembra que essa atividade pode ser considerada o paradigma da produtividade feminina. Para este autor é um fato histórico que fiar e tecer estiveram em mãos de mulheres até o aparecimento do tear mecânico em 1764, uma máquina a quem foi dado o nome, feminino, de Jenny. Para este autor, tecer e fiar acabaram também servindo para determinar três aspectos básicos da produtividade feminina tradicional:

1. É um fazer contínuo, em permanente rotação. O que se produz logo desaparece e se transforma em outra coisa.
2. Parece não ter importância alguma no tempo, nenhuma relevância histórica, é um “agora contínuo”, sem nenhuma noção de presente, nenhuma raiz no passado, nenhuma construção de futuro.

3. Aparentemente, é um fenômeno natural. Tudo parece mover-se sozinho, sem exigir muita assistência da pessoa ocupada. Como se o produto gerasse a si mesmo. (Citado por Zipes, 1992: 38).

A importância econômica deste trabalho reside no fato de que ele não constituiu apenas o modo de produção básico da casa, mas também forneceu os primeiros produtos para os antigos mercados de troca de mercadorias

Isso significava que, para as mulheres, a demanda de um excedente da produção foi posta sobre seus ombros na fase mais remota do desenvolvimento da civilização. Os produtos feitos de fios são fáceis de obter e duram muito. Como se fossem criados de propósito para serem trocados, comercializados. Já que produzir a matéria-prima para a fiação era uma questão humana e uma ocupação, não havia limites para a criação de ovelhas ou o plantio de linho. Como resultado, essa matéria-prima (lã ou linho cru) passou a ser a encarnação da riqueza natural, o símbolo absoluto do “material de vida”. E passou a ser uma fonte inesgotável de trabalho para a mulher. (Zipes, 1992: 41).

Mais que isso, possibilitou que o aproveitamento desse excedente de produção levasse a formas primitivas de acumulação de riqueza que geralmente se dava pelo aumento das casas (ou pela construção de novos espaços) onde a fiação e a tecelagem eram feitas.

Para Machado (2003), esse processo reforçou também as comunidades de mulheres que passavam o dia reunidas, tecendo juntas, contando histórias, brincando com a linguagem, narrando e explorando as palavras, com poder sobre sua própria produtividade e autonomia de criação.

Não é de admirar que a linguagem reflita toda essa riqueza de relações nas palavras ligadas a essa área de produção (...) Essa atividade é que constituía o verdadeiro fazer, aquilo que caracteriza o *Homo faber*, transformador da natureza e criador da cultura. Não é surpreendente, pois, que um dos nomes para designar pano ou tecido em inglês seja *fabric* – palavra que em português foi dar fábrica, que em inglês é chamada de *factory*. Para nós, feitoria, palavra mais associada ao começo da colonização brasileira e a feitor, aquele que controlava o trabalho escravo e os feitos alheios. Mas, em compensação, chamamos tecido de fazenda, palavra que também evoca os núcleos de poder e produção rural das grandes propriedades sobre as quais se estruturou nossa sociedade colonial. Mais ainda, o cargo que em outros países é chamado de secretário do Tesouro ou ministro das Finanças entre nós é ministro da Fazenda. Assim, de boca cheia e com letra maiúscula, a gente até esquece que é a mesma coisa que o ministro do Pano ou do Tecido, ou, explicando melhor, da soma (o plural latino do neutro acabava em -a-) de tudo aquilo que se foi fazendo com o trabalho para criar um tesouro, e que muito antigamente era, sobretudo, riqueza gerada pela manufatura de tecidos. (Machado, 2003: 182).

A autora ainda nos lembra da imensa linhagem econômica das palavras da família de renda: render, rendimento.

Podíamos ainda recordar que labor (bordado, elaboração de fios) tem a ver com trabalho e é primo de lavrar e lavoura, de lavra e laboratório, diferentes instâncias em que o trabalho transforma a natureza e gera riqueza. Ou lembrar que a essência, o estofado de que somos feitos é irmão de *étouffe*, em francês (palavra que designa tecido). (Machado, 2003: 183).

Entretanto, essa atividade tão valorizada durante séculos, perdeu seus predicados quando a máquina substituiu a prática artesanal da fiação. As mulheres que se dedicavam a essa atividade foram desvalorizadas e sua imagem foi rapidamente destruída. Em inglês, a que designa solteirona é *spinster*, originalmente fiandeira. Em francês, a mulher que trabalhou muito fiando e não se casou, é designada como *vieille fille*. Para Zipes (1992) esse termo não tem a ver com “filha”, mas vem de uma corruptela de *filer*, “fiar”, como ocorreu em alemão com a expressão equivalente, *eine alte Spinne*.

Fora da indústria têxtil e da de tabaco (cuja mão de obra era quase que exclusivamente feminina), a agricultura e o serviço doméstico reuniram a maior parte da força de trabalho feminina no século XIX. A grande maioria das trabalhadoras, no entanto, estavam empregadas em áreas mais tradicionais: em mercados, lojas, venda de rua, transporte de mercadorias, lavagem, costura, fabricação de flores artificiais, e ourivesaria.

Uma característica comum é o fato de as trabalhadoras empregadas serem, na sua maioria, jovens e solteiras, tanto nos séculos XIX como no início do século XX, 79% das trabalhadoras eram solteiras e com idade média de 27-28 anos. (Scott, 1993)

No final do século XIX, as condições de trabalho na indústria começaram a ser reguladas por empresas e Estados em resposta às demandas dos sindicatos de classe e aos interesses econômicos da própria indústria. Os primeiros regulamentos de condições de trabalho afetaram especialmente mulheres e crianças. Essas regras especiais foram justificadas por razões físicas, morais, práticas e políticas, que estabeleceram a fraqueza de seu corpo, a nocividade do trabalho em sua capacidade de procriar, o impacto sobre o cuidado de sua família, sua exposição a agressões sexuais em turnos noturnos, a corrupção moral do contato de trabalho com homens etc.

Como resultado, tais regras passaram a regular vários aspectos da vida das mulheres, como horários de trabalho, cuidados de saúde, especialmente com a gravidez, a garantia de uma hora de amamentação e a proibição de certos empregos para as mulheres, incluindo o trabalho noturno.

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando o mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fábricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina. As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial a intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido -pelos homens- como naturalmente masculino. (Rago, 1997: 581-582).

Entretanto, estas regras aplicavam-se apenas às mulheres que trabalhavam na indústria e não às que trabalhavam no setor rural e de serviços, que constituíam precisamente as principais fontes de trabalho para as mulheres. Desse modo, por muitos anos, em lugar de melhorar as condições das trabalhadoras, elas serviram para apoiar a segregação com base no sexo e justificar as diferenças de remuneração e status, sempre menores para as mulheres. (Scott, 1993; Nash, 1993). Perrot (1998) descreve assim a situação das trabalhadoras dos grandes magazines de Paris em 1870:

O pessoal desses magazines, no começo composto de homens, Também passa a ser de mulheres, sobretudo a partir de 1870, segundo uma hierarquia muito estrita, que mantém os homens nos postos de comando, como chefes de seção, que governam de maneira autoritária um exército de “*demoiselles de magasins*” rigorosamente vigiadas e tratadas com severidade. Para autoriza-las a se sentar, será necessário na França, a chamada “lei das cadeiras” (1900). (Perrot, 1998: 38).

Em relação ao setor de serviços, no início do XX houve uma mudança na configuração dos trabalhos feminino tendo em vista o aumento de empregos chamados colarinho branco: secretárias, datilógrafas, arquivistas, vendedoras de selos, telegrafistas, telefonistas, professoras, enfermeiras, assistentes sociais. Muitas destas novas ocupações continuaram a tradição das mulheres assalariadas em empregos não produtivos. Em geral, são atividades que são configuradas desde o início como empregos baratos e, portanto, femininos. (Tilly & Scott, 1989: Borderias, 1994).

A maioria destes empregos são ocupados por mulheres da classe média, um grupo social relativamente novo entre a força de trabalho. Embora sejam uma minoria entre as mulheres trabalhadoras, a sua origem social e as suas aspirações de independência econômica as tornaram mais visíveis; além disso, sua presença era mais ameaçadora do que a das trabalhadoras não qualificadas o que as converteu em protagonistas principais dos discursos da domesticidade, que defendiam a constituição de uma família como o único projeto de vida possível para uma mulher.

Para além dos limites deste tipo de emprego, um número crescente de mulheres passou a considerar o acesso aos setores profissionais mais qualificados: os das profissões de formação universitária e profissões liberais. No início do século XX, o aumento dos níveis de escolaridade, o aumento da idade do casamento, as oscilações demográficas resultantes dos conflitos de guerra e a ascensão das classes médias, favorecem o acesso das mulheres jovens ao ensino superior e, por conseguinte, a níveis profissionais de maior qualificação e status social. Neste domínio, a luta das mulheres pela participação na vida pública, o acesso à cidadania, as próprias necessidades do capitalismo e do novo mercado de trabalho e a educação como forma de aceder a um trabalho mais qualificado desempenharam um papel ativo. O resultado é que novos ofícios para as mulheres se revelaram como um campo muito limitado e o processo de incorporação das mulheres em profissões consideradas até então masculinas começa. É preciso ressaltar que aqui as profissões são entendidas como um tipo de ocupação baseada em um período de treinamento específico e a posse de um monopólio sobre o exercício dele. Um monopólio construído através de processos históricos mais ou menos longos em que o gênero, e mais especificamente a exclusão das mulheres, desempenhou um papel importante como um mecanismo de controle social.

Esta política de gênero tem marcado a identidade das profissões, atribuindo-lhes os valores culturalmente associados dos gêneros e criando um sistema conceitual de tradição secular que tem dificultado até os dias atuais a participação de mulheres no mercado de trabalho em igualdade de condições.

4. A Situação das Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro

No Brasil, ainda que os trabalhos de Saffiotti (2013) sobre a condição feminina na sociedade brasileira datem da década de sessenta, os estudos sobre as mulheres e o mercado de trabalho se intensificaram a partir dos anos de 1970 com os trabalhos pioneiros de várias autoras, tais como Madeira(1973), Bruschini(1990), Hirata(1980) entre outras.

As pesquisas mostravam a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos de 1970 e salientavam que essa inserção se destacava pelas grandes diferenças salariais e por sua elevada concentração em setores ligados ao comércio e aos serviços, principalmente nas áreas de serviços sociais, trabalho doméstico e nas ocupações mais vulneráveis e de pouca exigência de qualificação profissional. Tais características acompanham a trajetória de inserção das mulheres brasileiras no mundo do trabalho assalariado e tem suas raízes - como vimos nas seções anteriores - na desigual divisão sexual do trabalho e na atribuição natural às mulheres do trabalho reprodutivo e doméstico.

Mesmo durante o período colonial as relações de produção nunca prescindiram do trabalho das mulheres, seja como escravas ou trabalhadoras assalariadas

Segundo os dados do Censo de 1872 no conjunto da população feminina com profissão, cerca de 52% eram empregadas domésticas e costureiras. Nos Censos de 1872 e 1900 o nível de ocupação por sexo feminino era de aproximadamente 73%, reduzindo para 17% em 1920, essa redução, conforme as autoras, se deve a que nos primeiros recenseamentos grande parte das mulheres ocupadas com o trabalho doméstico não remunerado estava inserida nesta categoria. Entre os anos entre 1920 e 1970 haveria pouca alteração, variando de 16,7% para 18,5%, respectivamente. (Soares, Melo, & Bandeira, 2014:12)

Saffiotti (2013) mostra que entre os anos de 1930 e 1950 cresce a presença das mulheres em atividade não remuneradas e há uma queda significativa nas atividades econômicas remuneradas. Nestas décadas, a indústria absorvia mão de obra masculina, enquanto as mulheres estavam colocadas em trabalhos tradicionais como os serviços domésticos, sociais, educacionais e de saúde.

A partir da década de 1960, há um grande deslocamento da força de trabalho agrícola para os grandes centros urbanos, de maneira que o trabalho feminino no campo diminuiu em relação ao grande crescimento no setor terciário resultado desse processo. Ao mesmo tempo, nota-se o acréscimo da presença masculina no setor industrial em expansão.

Um primeiro momento de grande expansão da estrutura produtiva marcadamente nos anos de 1950 promoveu-se crescimento dos empregos mais caracterizados com o sexo masculino, enquanto os segmentos tipicamente femininos como o setor têxtil e de vestuário cresceram em ritmo menor absorvendo menor número de trabalhadoras. (Saffiotti, 2013: 56).

É preciso ressaltar que o aumento no número de estabelecimentos comerciais neste período nos centros urbanos absorveu a mão de obra feminina associada ao pequeno comércio, aos serviços pessoais e o trabalho doméstico.

Conforme demonstram os dados do Censo de 1980, cresce de forma contínua a participação das mulheres entre a população ocupada, chegando a 44%, em 2010. Da mesma forma, cresce a escolaridade, e no Censo de 1991 o percentual de mulheres supera o de homens com ensino superior pela primeira vez. Entretanto, persistem as diferenças salariais. As mulheres se destacam nas áreas de ciências humanas e sociais, biológicas e da saúde, enquanto os homens se concentram em ciências exatas, tecnológicas e agrárias. (Soares, Melo & Bandeira, 2014:35).

Para Bruschini (1998) a presença das mulheres que se intensificou a partir dos anos setenta foi resultado tanto da necessidade econômica, quanto das transformações demográficas, culturais e sociais que vinha ocorrendo no país e no mundo. A autora também destaca que o acesso às universidades, a queda da fecundidade e os movimentos feministas contribuíram decisivamente para este cenário.

A presença das mulheres no mundo produtivo não depende apenas da demanda do mercado, mas de uma articulação complexa e em permanente transformação que envolve responsabilidades familiares, cuidados, presença ou não de filhos. No trabalho informal na indústria, por exemplo o realizado no próprio domicílio, como é o caso das indústrias de calçados e das confecções, têm predominado as mulheres nas chamadas “oficinas de fundo de quintal”, nas microempresas, em cooperativas que muitas vezes são consideradas fraudulentas. (Bruschini, 1998: 67).

Mesmo tendo alcançado maiores graus de escolaridade a partir dos anos noventa e passado a atuar em áreas onde antes predominavam os homens e dispondo da mesma qualificação ou mesmo superior à dos homens, as mulheres continuam sendo mal remuneradas. Estima-se que ganhem, em média, em torno de 25% menos que os homens. Além disso, as mulheres continuam não alcançando cargos mais elevados nas empresas ou em instituições privadas ou públicas. A explicação comum é que elas não se interessam pelo espaço público e ou que suas carreiras são interrompidas pela maternidade.

A realidade, porém, é que suas opções profissionais, bem como suas possibilidades de progressão nas carreiras escolhidas, são condicionadas por vários fatores, frequentemente associados a valores culturais mantidos pelo patriarcado: permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e os cuidados com filhos e idosos: dedicam, em média, 22 horas semanais, para pouco mais de 10 horas por parte dos homens. São a maioria no setor de serviços de menor qualificação e no emprego doméstico em residências, recebendo, portanto, as menores remunerações. Elas continuam atuando, sobretudo, em setores que são considerados como mais femininos, como a educação, a saúde, nas ciências humanas e nas artes.

Considerações Finais

A desigualdade salarial entre homens e mulheres é um problema mundial e voltou a crescer após uma década de avanços. Um estudo do Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2017¹ concluiu que se as mudanças não acelerarem, não será possível eliminar a diferença econômica global entre mulheres e homens nos próximos dois séculos. O estudo avaliou que os homens ainda ganham mais do que as mulheres e sua renda está aumentando de forma mais rápida. A renda média anual de uma mulher em 2017 foi de 12 mil dólares, enquanto a média do homem foi de 21 mil dólares. A conclusão é que será preciso mais 217 anos para que ambos os sexos tenham salários e representatividade iguais no mundo trabalho.

Esse foi o segundo ano seguido que a pesquisa registrou piora na desigualdade econômica. Em 2015, a organização havia apontado que seriam necessários 118 anos para atingir a igualdade de gêneros. Segundo o relatório, nenhum país do mundo conseguiu superar completamente a diferença na renda recebida. A Islândia se manteve na liderança do ranking. Na América Latina, a Nicarágua é o país com o melhor desempenho, ocupando a sexta posição geral. O Brasil ocupa 90ª posição no ranking geral.

Qual seriam os motivos para tanta disparidade econômica? Segundo a pesquisa, em muitos lugares, o que existe é a pura discriminação - mulheres ocupam a mesma função de seus colegas homens e ganham menos para realizar a mesma tarefa. Mas o principal motivo seria outro: as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e dos idosos. Com a pausa do trabalho ou a jornada reduzida, diminuem-se também as suas oportunidades de carreira ou até mesmo a possibilidade de voltar a ocupar um emprego bem remunerado. Pesa ainda que mulheres com filhos são preteridas por empresas que não querem pagar benefícios como a licença-maternidade. Além disso, as mulheres estão associadas a profissões consideradas “típicas de mulher”, onde são geralmente mal pagas. Elas ainda são minoria em áreas que pagam melhor, como o setor financeiro e a indústria de tecnologia. Elas também estão longe dos cargos mais altos - apenas 22% das pessoas que estão em posições de gerência no mundo são mulheres.

Direitos iguais são direitos humanos. É preciso garantir que homens e mulheres tenham oportunidades iguais no local de trabalho. É nossa responsabilidade tomar as medidas necessárias para garantir que as metas exigidas pela OIT sejam alcançadas, ou seja,

¹ O relatório “*Global Gender Gap Report 2017*” analisou dados de 144 países em quatro temas fundamentais: trabalho, educação, saúde e política dos gêneros. Foram calculados quantos homens e mulheres participam da força de trabalho, a remuneração recebida e o crescimento no emprego.

Referências Bibliográficas

- Adinolfi, Giuliana. (1980). Sobre subculturas femeninas I. *Mientras Tanto*, 2, 23-26.
- Anderson, Bonie S., & Zinser, Judith P. (1991). *Historia de las mujeres, una historia propia*. Barcelona: Crítica.
- Borderias, Cristina., Carrasco, Cristina., & ALemany, Carmen. (1994). *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*, Barcelona, Icaria-Fuhem.
- Bruschini, Cristina. (1990). *Mulher, Casa e Família: cotidiano nas camadas populares*, Editora vértice, São Paulo.
- Columela, Lucius. (2014). *De Re Rustica (Da Agricultura)*. Maringá: EDUEM.
- Hanawalt, Barbara. (1986). *Bound: Peasant Families in Medieval England*. New York: Oxford University Press.
- Irigaray, Luce. (1992). *Yo, tú, nosotras*. Madrid.
- Folguera, Pilar. (1982). "Notas para el estudio de la Historia Social de la mujer en España". In: *Nuevas perspectivas sobre la mujer. Actas de las Primeras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*. (pp. 47-60). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid. Vol. Y.
- Garcia, Carla C. (2018). Repensar os trabalhos das mulheres. Em Garcia, Carla C. (Org.). *Mulheres, Tempos e Trabalhos*. São Paulo: Editora Annablume.
- King, Margaret L. (1993). *Mujeres renacentistas. La búsqueda de un espacio*. Madrid: Alianza editorial.
- Machado, Ana M. (2003). O Tao da teia – sobre textos e têxteis. *Estudos Avançados*, 17 (49), 173-196. Acessado em 14 de fevereiro de 2019, de: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9951>
- Madeira, Felicia Reicher. (1973). *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920- 1970*, São Paulo: Cebrap.
- Marland, Hilary. (ed.) (1993). *The art of midwifery. Early modern midwives in Europe*. London: Routledge.
- Martinez Lopez, Candida. (1994). Las relaciones de género, una clave para interpretar las sociedades antiguas. Em *Roles sexuales. La mujer, la historia y la cultura*. (pp. 12-23). Madrid: Ediciones clásicas.
- Morin, Tania M. (2013). *Virtuosas e Perigosas: As mulheres na Revolução Francesa*. São Paulo: Alameda.
- Nash, Mary (1982). Desde la invisibilidad a la presencia de la mujer en la historia. Corrientes historiográficas y marcos conceptuales de la Nueva Historia de la mujer. Em *Nuevas perspectivas sobre la mujer. Actas de las Primeras Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*. Vol I. (pp. 18-37). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- Nash, Mary (1993). Identidad cultural de género, discurso de la domesticidad y la definición del trabajo de las mujeres en la España del siglo XIX. Em Duby, Georges., & Perrot, Michelle. (Dir.). *Historia de las mujeres. El siglo XIX. Tomo IV*. (pp. 585-597). Madrid: Taurus.
- Perrot, Michele. (Dir.). (1984). *Une Histoire des femmes est-elle possible?* París: Rivages.
- Perrot, Michelle. (1998). *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Power, Eileen. (1979). *Mujeres medievales*. Madrid: Encuentro.
- Rago, Margareth. (1997). "Trabalho Feminino e Sexualidade". In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

- Saffioti, Heleieth. (2013). *A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e realidade*. 3ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo.
- Soares, Cristiane., Melo, Hildete., & Bandeira, Lourdes. (2014). O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1982 a 2010. *Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. São Pedro, SP, 24 a 28 de novembro.
- Scott, Joan W. (1993). La mujer trabajadora en el siglo XIX. Em Duby, Georges., & Perrot, Michelle (Dir.): *Historia de las mujeres. El siglo XIX*. Tomo IV. (pp. 405-435). Madrid: Taurus.
- Scott, Joan W. (1990). El género: una categoría útil para el análisis histórico. Em Amelang, James S. & Nash, Mary. (Eds.) *Historia y género: Las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea*. Valencia: Alfons el Magnànim
- Tilly, Louise A., Scott, Joan W. (1987). *Les femmes, le travail et la famille*. Paris: Rivages.
- Zippe, Jack. (1993). Spinning with Fate: Rumpelstiltskin and the Decline of Female Productivity. *Western Folklore* 52(1), *Perspectives on the Innocent Persecuted Heroine in Fairy Tales*, 43-60.

Recebido em 07/10/2018.
Revisado em 13/12/2018.
Aceito em 23/02/2019.